



**MENSAGEM Nº 112/2025**

Senhor Presidente,

Encaminha-se à elevada consideração desta Colenda Câmara Municipal a presente proposta de alteração legislativa, pelos fundamentos e razões a seguir expostos.

Primeiramente, cumpre destacar o flagrante retrocesso jurídico e social ocasionado pela edição da lei Municipal 3.590/2022 que suprimiu o direito ao recebimento de honorários advocatícios quando o Procurador(a) do Município se encontrar em gozo de licença-maternidade, licença para tratamento de saúde, acidente em serviço, motivo de doença em pessoa de família ou licença-prêmio.

Todas as hipóteses de afastamento acima mencionadas possuem justificativas plenamente plausíveis e legítimas, não havendo qualquer razão jurídica ou moral para a exclusão do referido direito.

No tocante à licença-maternidade, trata-se de direito constitucionalmente assegurado à servidora pública, com o objetivo de garantir proteção à maternidade e à primeira infância, não podendo a fruição de tal direito implicar em prejuízo financeiro ou perda de vantagens que decorram do exercício regular de suas atribuições funcionais.

Quanto à licença para tratamento de saúde, acidente em serviço ou por motivos de doença em pessoa da família, verifica-se que se trata de situação em que o servidor, por razões médicas devidamente comprovadas, encontra-se temporariamente impossibilitado de exercer suas funções, necessitando, inclusive, de estabilidade financeira para garantir a continuidade de seu tratamento e recuperação, ou no auxílio de seu familiar. A supressão dos honorários nessa hipótese agrava indevidamente a situação de vulnerabilidade do Procurador(a) do Município.



Por fim, a licença-prêmio representa um direito adquirido do próprio servidor, fruto do tempo de dedicação e assiduidade ao serviço público. Ademais, os honorários advocatícios possuem natureza remuneratória e decorrem de atos e decisões anteriores, sendo injustificável que o Procurador(a) do Município, apenas por estar momentaneamente afastado, deixe de perceber valores que resultam de seu trabalho prévio e efetivo.

Dessa forma, verifica-se que a exclusão do recebimento de honorários advocatícios quando o Procurador(a) do Município se encontrar em gozo de licenças legalmente previstas, configura manifesta inconstitucionalidade, por violar os princípios da isonomia, da razoabilidade e da dignidade da pessoa humana, previstos na Constituição Federal. Tais licenças possuem amparo legal e visam à proteção de direitos fundamentais, não podendo o servidor ser penalizado com a supressão de verba que tem natureza remuneratória e é inerente ao exercício do cargo público.

Diante de todo o exposto, propõe-se a alteração da legislação municipal vigente, de modo a restabelecer o direito ao recebimento dos honorários advocatícios também durante os períodos de licença acima mencionados, em respeito aos princípios da isonomia, da dignidade da pessoa humana, da proteção à maternidade e da valorização dos Procuradores do Município.

Nestes termos, solicita-se o acolhimento da presente proposta e a sua devida tramitação nesta Casa Legislativa.

KATIA CRISTINA MIKI DA SILVA

Prefeita Municipal

*Kátia Miki*  
Prefeita Municipal

Exmo. Sr.  
**RAFAEL SANTOS COUTO**  
DD. Presidente da Câmara Municipal  
NESTA



**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2025.**

**EMENTA: Promove alterações na Lei Municipal nº 3.590/2022.**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º.** A Lei Municipal nº 3.590/2022 passa a vigorar com as seguintes alterações:

**“Art. 28.** Consideram-se em efetivo exercício, para efeito de direito ao rateio mensal dos honorários, os Procuradores do Município que, na data da distribuição dos honorários estejam atuando no Município, e, ainda estejam:

I – Em gozo de férias;

II – Em gozo de licença:

a) para tratamento de saúde;

b) à gestante, à adotante e à paternidade;

c) por acidente em serviço;

d) por motivo de doença em pessoa da família, observados os prazos estabelecidos no artigo 116 da Lei Municipal nº 326/1997 (Estatuto dos Servidores Públicos);

e) prêmio;

f) para aperfeiçoamento profissional, desde que do interesse da Administração;

III – Afastados em razão de:

a) doação de sangue;

b) casamento;

c) falecimento de cônjuge, companheiro(a), pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, criança ou adolescente sob sua guarda ou tutela, irmãos.



IV –Ocupando cargo de provimento em comissão na Procuradoria-Geral do Município ou em órgão da Administração Pública Municipal, desde que desenvolvendo atividades típicas do cargo de Procurador Municipal;  
V – Exercendo atividades típicas do cargo de Procurador Municipal, cumulativamente com as de outro cargo da Administração Pública Municipal.

**“Art. 29.** Será automaticamente excluído do rateio mensal dos honorários os Procuradores do Município que, na data da distribuição, se encontrar nas seguintes condições:

- I – em licença ou afastamento de qualquer outra natureza não prevista no artigo anterior;
- II – no exercício de mandato eletivo;
- III – suspenso ou afastado por decisão proferida em processo administrativo disciplinar, de forma cautelar, ou por cumprimento de penalidade definitiva;
- IV – cedido ou colocado à disposição de outro ente público;

**Parágrafo único.** A reinclusão do servidor público no rateio, após a superação das condições acima previstas, dará direito ao recebimento de honorários, de forma *ex nunc*, proporcionalmente aos dias de efetivo exercício das suas funções.”

**Art. 2º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra do Piraí, 02 de dezembro de 2025.

KATIA CRISTINA MIKI DA SILVA  
Prefeita Municipal